

LEGISLAÇÃO

ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - EFD ICMS/IPI

2.1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

2.1.1 Ajustes Sinief

2.1.1.1 Ajuste Sinief 02/09

Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital (EFD-ICMS/IPI).



2.1.2 Atos Cotepe ICMS

2.1.2.1 Ato Cotepe ICMS 44/18

Dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital (EFD-ICMS/IPI) a partir de 01/01/2019 e institui o Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS/IPI.



2.1.3 Protocolos ICMS

2.1.3.1 Protocolo ICMS 77, de 18 de setembro de 2008

Dispõe sobre a obrigatoriedade da Escrituração Fiscal Digital - EFD, nos termos das cláusulas terceira e oitava-A do Convênio ICMS 143/06, que institui a Escrituração Fiscal Digital - EFD.



2.1.4 Decretos Federais

2.1.4.1 Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007
Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped.



2.1.5 Legislação Federal Revogada

2.1.5.1 Convênio ICMS 143/06
Institui a Escrituração Fiscal Digital (EFD-ICMS/IPI) - REVOGADO tacitamente pelo Ajuste SINIEF 02/09.



2.1.5.2 Ato Cotepe 09/08

Dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital (EFD-ICMS/IPI) até 31/12/2018 - REVOGADO pelo Ato COTEPE/ICMS 44/18.



2.1.5.3 Protocolo ICMS 76, de 14 de agosto de 2008

Estabelece a obrigatoriedade da Escrituração Fiscal Digital – EFD para os contribuintes mencionados.



2.2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL PRINCIPAL SOBRE EFD ICMS/IPI

2.2.1 Leis

2.2.1.1 Lei nº 12.670, de 27 de dezembro de 1996

Dispõe sobre o ICMS.



2.2.1.2 Lei nº 14.237, de 10 de novembro de 2008

Dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações realizadas por contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, enquadrados nas atividades econômicas que indica e dá outras providências (vide inciso III do art. 5.º).



2.2.1.3 Lei nº 14.307, de 02 de março de 2009

Institui sistemática de tributação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, para instalação e operação de refinaria de petróleo no estado do ceará e dá outras providências (vide §4.º do art. 2.º).



2.2.1.4 Lei nº 14.447, de 01 de setembro de 2009

Altera a Lei nº 12.670, de 1996 (vide art. 1º, que alterou o art. 123).



2.2.1.5 Lei nº 15.383, de 25 de julho de 2013

Altera a Lei n.º 10.367, de 7 de dezembro de 1979, que cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará - FDI, a Lei n.º 12.670, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe acerca do ICMS; e a Lei n.º 14.237, de 10 de novembro de 2008 (vide inciso III do art. 2.º).



2.2.1.6 Lei nº 16.258, de 09 de junho de 2017

Altera a Lei nº 12.670, de 1996 (vide incisos V e VI do art. 1º, que alteraram o art. 123, e o art. 2º, que alterou os artigos 123 e 126).



2.2.1.7 Lei nº 16.735, de 26 de dezembro de 2018

Altera a Lei nº 12.670, de 1996 (vide inciso VIII do art. 1º, que acrescentou o art. 71-A).



2.2.1.8 Lei nº 16.904, de 03 de junho de 2019

Altera a Lei nº 12.670, de 1996 - (vide inciso VII do art. 1º, que acrescentou o art. 127-A).



2.2.1.9 Lei n.º 17.118, de 06 de dezembro de 2019

Dispõe sobre a remissão e a anistia de créditos tributários (vide art. 17, que revogou o item 1.6 do Anexo IV da Lei nº 15.838, de 27 de julho de 2015).



2.2.1.10 Lei n.º 17.277, de 10 de setembro de 2020

Institui o Programa de Parcelamento de Créditos Tributários relativos ao ICMS e ao IPVA e dispõe sobre a anistia e remissão de créditos tributários (vide alínea "a" do inciso II do §1º do art. 5º).



2.2.1.11 Lei nº 17.354, de 16 de dezembro de 2020

Dispõe sobre o devedor contumaz do ICMS (vide § 1º do art. 1º) - caracterização da inadimplência reiterada.



2.2.1.12 Lei nº 17.440, de 09 de abril de 2021

Altera a Lei nº 12.670, de 1996 (vide inciso II do art. 1º) - nova redação ao art. 55-B e acréscimo dos seus §§ 3º, 4º e 5º - registro na Escrituração Fiscal Digital do crédito decorrente de saldos credores acumulados por estabelecimentos que realizem operações e prestações de exportação para o exterior, adquiridos, mediante leilão, pela Fazenda Pública, com deságio mínimo e possibilidade de transferência para terceiros.



2.2.1.13 Lei nº 17.842, de 23 de dezembro de 2021

Altera a Lei nº 12.670, de 1996 (vide art. 1º) - acréscimo do art. 55-C - registro na Escrituração Fiscal Digital do crédito decorrente de saldos credores acumulados por estabelecimentos que realizem operações e prestações de exportação para o exterior adquiridos com deságio mínimo por terceiros mediante leilão realizado pela Fazenda Pública.



2.2.1.14 Lei nº 17.845, de 23 de dezembro de 2021

Altera a Lei nº 12.670, de 1996 (vide inciso IV do art. 1º) - acréscimo do art. 127-A - multa autônoma.



2.2.2 Decretos

2.2.2.1 Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997 (vide arts. 276-A ao 276-L)

Regulamenta a Lei nº 12.670, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS.



2.2.2.2 Decreto nº 29.041, de 26 de outubro de 2007

Altera o Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997 (vide arts. 2º, 4º e 6º) - acréscimo da Seção VIII-A ao Capítulo II do Título II do Livro Segundo do Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997, que regulamenta o ICMS, compreendendo os arts. 276-A a 276-H.



2.2.2.3 Decreto nº 30.115, de 10 de março de 2010

Altera o Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997 - (vide incisos VIII, IX, X e XII do art. 1º e art. 6º).



2.2.2.4 Decreto nº 31.095, de 08 de janeiro de 2013

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os convênios, ajustes e protocolos que indica e dá outras providências - Ajuste SINIEF nº 26, de 17 de dezembro de 2012.



2.2.2.5 Decreto nº 31.139, de 07 de março de 2013

Altera dispositivos do Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997 (vide inciso V do art. 1º) - acresceu o § 6º ao art. 276-A.



2.2.2.6 Decreto nº 31.246, de 26 de junho de 2013

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os Convênios, Ajustes e Protocolos que indica e dá outras providências - Protocolo ICMS 36, de 5 de abril de 2013.



2.2.2.7 Decreto nº 31.539, de 22 de julho de 2014

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os Convênios, Ajustes e Protocolos que indica e dá outras providências - Ajuste SINIEF 23, de 6 de dezembro de 2013, Ajuste SINIEF 33, de 6 de dezembro de 2013 e Protocolo ICMS 177, de 6 de dezembro de 2013.



2.2.2.8 Decreto nº 31.534, de 22 de julho de 2014

Altera, entre outros, o Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997, a fim de acrescentar os §§ 10 e 11 ao art. 276-A e o inciso VII ao caput do art. 276-G, renumerando o seu parágrafo único para §1º, com nova redação, e acrescentando os §§ 2º e 3º.



2.2.2.9 Decreto nº 31.607, de 10 de outubro de 2014

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os Convênios, Ajustes e Protocolos que indica, e dá outras providências - Ajuste SINIEF 10, de 13 de junho de 2014, e Protocolo ICMS 21, de 21 de março de 2014.



2.2.2.10 Decreto nº 31.686, de 13 de março de 2015

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os convênios e protocolos ICMS e Ajustes SINIEF que indica e dá outras providências - Ajuste SINIEF 17, de 21 de outubro de 2014, e Protocolo ICMS 101, de 5 de dezembro de 2014.



2.2.2.11 Decreto nº 31.786, de 21 de setembro de 2015

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os convênios e protocolos ICMS e Ajustes SINIEF que indica e dá outras providências - Protocolo ICMS 49, de 21 de julho de 2015.



2.2.2.12 Decreto nº 31.805, de 22 de outubro de 2015

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os Ajustes e os Convênios que indica e dá outras providências - Ajuste SINIEF 8, de 2 de outubro de 2015.



2.2.2.13 Decreto nº 31.859, de 29 de dezembro de 2015

Regulamenta a Lei nº 15.838, de 27 de julho de 2015 (vide art. 38-B) - recolhimento da taxa de que trata o item 1.6 do Anexo V deste Decreto em razão da retificação da Escrituração Fiscal Digital (EFD) nas condições que especifica.



2.2.2.14 Decreto nº 31.903, de 18 de março de 2016

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os convênios, protocolos e ajustes SINIEF que indica, e dá outras providências - Ajuste SINIEF 13, de 11 de dezembro de 2015.



2.2.2.15 Decreto nº 31.905, de 18 de março de 2016

Altera o art. 276-E do Decreto nº 24.569, de 1997 - alteração do prazo para transmissão do arquivo digital da Escrituração Fiscal Digital (EFD ICMS/IPI).



2.2.2.16 Decreto nº 32.035, de 08 de setembro de 2016

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os ajustes e os convênios que indica e dá outras providências - Ajuste SINIEF 01, de 14 de janeiro de 2016 e Ajuste SINIEF 06, de 8 de abril de 2016.



2.2.2.17 Decreto nº 32.099, de 05 de dezembro de 2016

Altera o Decreto nº 31.859, de 29 de dezembro de 2015 - (vide inciso II do art. 1º) - recolhimento da taxa em razão da retificação da Escrituração Fiscal Digital (EFD) nas condições especificadas.



2.2.2.18 Decreto nº 32.153, de 20 de fevereiro de 2017

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os ajustes, os convênios e os protocolos que indica e dá outras providências - Ajustes SINIEF 22, 23 e 25, de 9 de dezembro de 2016.



2.2.2.19 Decreto nº 32.298, de 02 de agosto de 2017

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os ajustes, convênios e protocolos ICMS que indica e dá outras providências - Convênio ICMS 52, de 7 de abril de 2017.



2.2.2.20 Decreto nº 32.825, de 15 de outubro de 2018

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os ajustes, os convênios e os protocolos que indica e dá outras providências - Ajuste SINIEF 10, de 5 de julho de 2018.



2.2.2.21 Decreto nº 32.945, de 13 de fevereiro de 2019

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os ajustes, os convênios e os protocolos que indica e dá outras providências - Convênio ICMS 142, de 14 de dezembro de 2018.



2.2.2.22 Decreto nº 33.318, de 24 de outubro de 2019

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os ajustes, os convênios e os protocolos que indica e dá outras providências - Ajuste SINIEF 08, de 5 de julho de 2019.



2.2.2.23 Decreto nº 33.416, de 27 de dezembro de 2019

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os ajustes e os convênios que indica e dá outras providências - Ajuste SINIEF 25, de 13 de dezembro de 2019.



2.2.2.24 Decreto nº 33.526, de 24 de março de 2020

Suspende e prorroga prazos concernentes a atos e procedimentos da SEFAZ CE (vide inciso III do art 2º e art 2º-A).



2.2.2.25 Decreto nº 33.587, de 13 de maio de 2020

Altera o Decreto nº 33.587, de 13 de maio de 2020 (vide inciso I do art 1º) - acréscimo do art. 2º-A.



2.2.2.26 Decreto nº 33.763, de 13 de outubro de 2020

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os ajustes e os convênios que indica e dá outras providências - Ajuste SINIEF 27, de 2 de setembro de 2020.



2.2.2.27 Decreto nº 34.184, de 02 de agosto de 2021

Ratifica e incorpora à legislação tributária estadual os convênios que indica e dá outras providências - Ajuste SINIEF 22, de 8 de julho de 2021.



2.2.2.28 Decreto nº 34.331, de 10 de novembro de 2021

Ratifica e incorpora à Legislação Tributária Estadual os convênios que indica e dá outras providências - Ajuste SINIEF 25, de 1º de outubro de 2021.



2.2.2.29 Decreto nº 35.000, de 01 de novembro de 2022

Ratifica e incorpora à Legislação Tributária Estadual o convênio que indica e dá outras providências - Ajuste SINIEF 26, de 1.º de julho de 2022; e 46, de 23 de setembro de 2022.



2.2.2.30 Decreto nº 35.061, de 21 de dezembro de 2022

Consolida e regulamenta as disposições relativas ao capítulo IX da lei n.º 12.670, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências.



2.2.3 Instrução Normativa

2.2.3.1 Instrução Normativa nº 45/2009

Dispõe sobre a forma de apresentação e obrigatoriedade da transmissão da Escrituração Fiscal Digital – EFD.



2.2.3.2 Instrução Normativa nº 04, de 05 de fevereiro de 2010

Prorroga, em caráter excepcional, o prazo de entrega dos arquivos da Escrituração Fiscal Digital (EFD), e dá outras providências.



2.2.3.3 Instrução Normativa nº 26, de 06 de julho de 2010

Prorroga, em caráter excepcional, o prazo de entrega dos arquivos da Escrituração Fiscal Digital (EFD), e dá outras providências.



2.2.3.4 Instrução Normativa nº 05, de 14 de fevereiro de 2011

Prorroga, em caráter excepcional, o prazo de entrega dos arquivos da Escrituração Fiscal Digital (EFD), e dá outras providências.



2.2.3.5 Instrução Normativa nº 18, de 26 de junho de 2012

Prorroga, em caráter excepcional, o prazo de entrega dos arquivos da escrituração Fiscal Digital (EFD).



2.2.3.6 Instrução Normativa nº 20, de 18 de abril de 2013

Estabelece prazo para retificação da Escrituração Fiscal Digital (EFD) e dá outras providências.



2.2.3.7 Instrução Normativa nº 41, de 02 de outubro de 2013

Procedimentos de registro na Escrituração Fiscal Digital (EFD) correspondentes ao período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês em decorrência das disposições do art. 1º do Decreto nº 31.288, de 23 de setembro de 2013.



2.2.3.8 Instrução Normativa nº 37, de 19 de novembro de 2014

Institui a Declaração de Opção de Arquivo Eletrônico, obrigatória para contribuintes do ICMS sujeitos ao Regime Normal de Recolhimento.



2.2.3.9 Instrução Normativa n.º 04/2016

Procedimentos de registro na Escrituração Fiscal Digital (EFD), das operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outra unidade da Federação.



2.2.3.10 Instrução Normativa nº 13, de 1.º de março de 2016

Procedimentos de Registro, na Escrituração Fiscal Digital (EFD), da apuração do adicional do ICMS destinado ao FECOP.



2.2.3.11 Instrução Normativa nº 54, de 14 de outubro de 2016

Estabelece a obrigatoriedade da Escrituração Fiscal Digital (EFD) para os contribuintes do ICMS inscritos no cadastro geral da fazenda (CGF) sob os regimes de recolhimento especial, produtor rural, e dá outras providências.



2.2.3.12 Instrução Normativa nº 14, de 15 de fevereiro de 2017

Altera a Instrução Normativa nº 54, de 14 de outubro de 2016, que estabelece a obrigatoriedade da Escrituração Fiscal Digital (EFD) para os contribuintes do ICMS inscritos no Cadastro Geral da Fazenda (CGF) sob os Regimes de recolhimento Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempresa (ME) optantes pelo Simples Nacional, bem como sob o Regime Especial de Recolhimento, Produtor Rural e Outros, e dá outras providências.



2.2.3.13 Instrução Normativa nº 64, de 19 de dezembro de 2018

Estabelece os procedimentos de registro na Escrituração Fiscal Digital (EFD), do Registro de Controle da Produção e do Estoque – Bloco K, e dá outras providências.



2.2.3.14 Instrução Normativa nº 42, de 29 de junho de 2020

Altera a Instrução Normativa nº 54, de 2016.



2.2.3.15 Instrução Normativa nº 40, de 20 de abril de 2021

Altera a Instrução Normativa nº 13, de 2008, a Instrução Normativa nº 22, de 2013, a Instrução Normativa nº 54, de 2016, e a Instrução Normativa nº 77, de 2019.



2.2.3.16 Instrução Normativa nº 102, de 20 de outubro de 2021

Estabelece procedimentos referentes à escrituração de crédito do ICMS objeto de transferência entre estabelecimentos do mesmo sujeito passivo.



2.2.3.17 Instrução Normativa nº 58, de 08 de julho de 2022

Estabelece procedimentos relativos à autorregularização de que trata o art. 155 do Decreto nº 34.605, de 24 de março de 2022, e altera o Anexo Único da Instrução Normativa nº 64, de 19 de dezembro de 2018.



2.2.3.18 Instrução Normativa nº 43, de 04 de maio de 2023

Altera o Anexo Único da Instrução Normativa nº 64, de 19 de dezembro de 2018, que estabelece os procedimentos de registro na escrituração fiscal digital (EFD), do registro de controle da produção e do estoque – Bloco K, e dá outras providências.



2.2.3.19 Instrução Normativa nº 51, de 08 de maio de 2023

Altera o Anexo Único da Instrução Normativa nº 64, de 19 de dezembro de 2018, que estabelece os procedimentos de registro na escrituração fiscal digital (EFD), do registro de controle da produção e do estoque – Bloco K, e dá outras providências.



2.2.4 Normas de Execução

2.2.4.1 Norma de Execução nº 03, de 21 de junho de 2011

Estabelece procedimentos a serem observados pelos agentes fiscais para fins de lançamento do crédito tributário relativo ao ICMS (vide inciso II do § 1º do art. 1º, alínea “a” do art. 4º e alínea “b” do inciso I do art. 11).



2.2.4.2 Norma de Execução nº 02, de 10 de maio de 2021

Da descentralização e dos procedimentos de análise e homologação de pedido de restituição com base no § 4º do art. 106 do Decreto nº 33.327, de 2019 (ver inciso IV do § 1º do art. 3º).



2.2.5 Notas Explicativas

2.2.5.1 Nota Explicativa nº 01/2009

Explicita procedimentos relativos à apresentação de arquivos eletrônicos quando da fiscalização de estabelecimentos.



2.2.6 Comunicados

2.2.6.1 Comunicado nº 01, de 17 de fevereiro de 2021

Explicita a alteração disposta na IN nº 42, de 29 de junho de 2020, no que tange a obrigatoriedade da Escrituração Fiscal Digital - EFD, introduzida pela Instrução Normativa nº 54/2016, para as ME e EPP optantes.



2.2.6.2 Comunicado nº 27, de 07 de outubro de 2022

Explicita a alteração disposta nas INs nº 42, de 29 de junho de 2020, e IN nº 40, de 20 de abril de 2021, no que tange a obrigatoriedade da Escrituração Fiscal Digital - EFD, introduzida pela IN N° 54/2016, para as ME e EPP optantes do Simples Nacional e para o regime de recolhimento "Outros".



2.2.7 Atos Declaratórios

2.2.7.1 Ato Declaratório nº 202 de 3 de julho de 2019

Suspensão de inscrição no CGF por descumprimento de obrigação acessória referente à não transmissão da EFD ICMS/IPI por 2 (dois) meses consecutivos ou mais a cada exercício.



2.2.7.2 Ato Declaratório nº 204 de 8 de outubro de 2019

Cassação de inscrição no CGF por descumprimento de obrigação acessória referente à não transmissão da EFD -ICMS/IPI por dois meses consecutivos ou mais a cada exercício.



2.3 LEGISLAÇÃO ESTADUAL QUE POSSUA DISPOSITIVO SOBRE EFD ICMS/IPI

2.3.1 Leis

2.3.2 Decretos

2.3.2.1 Decreto nº 27.411 de 30 de março de 2004 (vide §§ 6º e 7º do art. 2º)

Institui o Regime Especial de Recolhimento exclusivamente para os estabelecimentos revendedores de veículos usados.



2.3.2.2 Decreto nº 29.560, de 27 de novembro de 2008

Regulamenta a Lei nº 14.237, de 10 de novembro de 2008, que dispõe sobre o Regime de Substituição Tributária (vide inciso III do art. 5º) - obrigatoriedade da entrega da EFD ICMS/IPI.



2.3.2.3 Decreto nº 30.519, de 26 de abril de 2011

Dispõe sobre o Regime de Substituição Tributária com carga líquida do ICMS (vide inciso III do art. 5º) - obrigatoriedade da entrega da EFD ICMS/IPI.



2.3.2.4 Decreto nº 31.066, de 28 de novembro de 2012

Dispõe sobre o Regime de Substituição Tributária com carga líquida do ICMS (vide inciso I do art. 9º) - obrigatoriedade do arrolamento de estoque das mercadorias sujeitas à presente sistemática existente no estabelecimento no dia 31 de janeiro de 2013, informando-o na EFD ICMS/IPI.



2.3.2.5 Decreto nº 31.090, de 08 de janeiro de 2013

Altera o Decreto nº 31.066, de 28 de novembro de 2012 (vide inciso I do art. 5º) - alterações no inciso I e no § 1º do art. 9º.



2.3.2.6 Decreto nº 31.109, de 25 de janeiro de 2013

Dispõe sobre o Regime de Substituição Tributária nas operações com trigo em grão, farinha de trigo e mistura de farinha a outros produtos e dá outras providências (vide § 3º-A do art. 4º) - registro de crédito decorrente de operações e prestações destinadas à Zona Franca de Manaus (ZFM) na Escrituração Fiscal Digital EFD ICMS/IPI.



2.3.2.7 Decreto nº 31.270, de 1.º de agosto de 2013

Dispõe sobre o regime de substituição tributária com carga líquida do ICMS nas operações com material de construção, ferragens e ferramentas, na forma disposta na Lei nº 14.237, de 10 de novembro de 2008 (vide § 4º do art. 2º, § 2º do art. 7º e inciso I do art. 9º) - procedimentos de registro e obrigações a serem observadas relacionadas na escrituração da EFD ICMS/IPI.



2.3.2.8 Decreto nº 31.297, de 09 de outubro de 2013

Altera dispositivos do Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997 (vide inciso III do art. 1º e incisos II e III do art. 5º) - acréscimo do art. 33-A, nova redação do § 2º e acréscimo do § 3º do art. 7º e nova redação do o inciso I do caput e o parágrafo único, ambos do art. 9º.



2.3.2.9 Decreto nº 31.346, de 26 de novembro de 2013

Altera o Decreto nº 31.270, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o Regime de Substituição Tributária com carga líquida do ICMS nas operações com material de construção, ferragens e ferramentas (vide art. 5º e inciso II do art. 9º).



2.3.2.10 Decreto nº 31.409, de 17 de fevereiro de 2014

Dispõe sobre operações de venda de mercadorias fora do estabelecimento de contribuintes de comércio varejista e atacadista, nas modalidades showroom ou exposição itinerante (vide parágrafo único do art. 3º e art. 4º) - obrigatoriedade de registro na EFD ICMS/IPI.



2.3.2.11 Decreto nº 31.513, de 09 de julho de 2014

Altera entre outros, o Decreto nº 31.270, de 1.º de agosto de 2013, que dispõe sobre o Regime de Substituição Tributária com carga líquida do ICMS nas operações com material de construção, ferragens e ferramentas, na forma disposta na Lei nº 14.237, de 10 de novembro de 2008 (vide inciso II do art. 3º) - procedimentos de registro na EFD ICMS/IPI.



2.3.2.12 Decreto nº 31.638, de 08 de dezembro de 2014

Altera entre outros, o Decreto nº 27.411, de 2004, o Decreto nº 24.569, de 1997, e o Decreto nº 31.534, de 2014 (vide inciso XI do art. 1º, §§ 6º e 7º do art. 2º e inciso I do art. 11).



2.3.2.13 Decreto nº 31.659, de 30 de dezembro de 2014 (vide art. 3º)

Estabelece procedimentos de Escrituração Fiscal Digital para fins de fruição do crédito decorrente de operações de importação do exterior de trigo em grão prevista no art. 2º.



2.3.2.14 Decreto nº 31.735, de 01 de junho de 2015 (vide art. 1º)

Acrescenta os arts. 119-A e 119-B ao Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997, que dispõe sobre a inclusão de contribuintes no Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual (CADINE).



2.3.2.15 Decreto nº 31.968, de 15 de junho de 2016

Altera o Decreto nº 31.066, de 2012, que dispõe sobre o regime de substituição tributária com carga líquida do ICMS nas operações com produtos de informática (vide inciso I do art. 2º) - arrolar o estoque das mercadorias, informando-as na Escrituração Fiscal Digital (EFD).



2.3.2.16 Decreto nº 32.013, de 16 de agosto de 2016
Regulamenta a Lei nº 16.097, de 2016, que institui o FEEF (vide alíneas “a” dos incisos III e IV e § 5º do art. 4º) - procedimentos de escrituração na EFD ICMS/IPI.



2.3.2.17 Decreto nº 32.047, de 26 de setembro de 2016
Altera o Decreto nº 32.013, de 27 de julho de 2016 (vide inciso I do art. 1º) - com acréscimo dos §§5º e 6º ao art. 4º.



2.3.2.18 Decreto nº 32.106, de 15 de dezembro de 2016
Dispõe sobre o tratamento tributário relativo ao ICMS a ser dispensado a consórcio de empresas constituído nos termos dos arts. 278 e 279 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências (vide art. 2º).



2.3.2.19 Decreto nº 32.259, de 19 de junho de 2017
Altera dispositivos do Decreto nº 31.109, de 25 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com trigo em grão, farinha de trigo e mistura de

farinha a outros produtos, e dá outras providências (vide inciso III do art. 1º) - registro de crédito na EFD ICMS/IPI.



2.3.2.20 Decreto nº 32.264, de 20 de junho de 2017

Altera dispositivos do Decreto nº 24.569, de 1997 - (vide inciso IV do art. 1º) - acréscimo do art. 630-A.



2.3.2.21 Decreto nº 32.269, de 27 de junho de 2017

Regulamenta a Lei nº 16.259, de 9 de junho de 2017, que dispõe sobre a anistia de créditos tributários relacionados com o ICMS, IPVA, ITCD, bem como do DETRAN, inscritos ou não em dívida ativa do Estado (vide § 3º do art. 17).



2.3.2.22 Decreto nº 32.314, de 25 de agosto de 2017

Estabelece Regime de Substituição Tributária com carga líquida nas operações com água mineral e água adicionada de sais, envasadas em embalagens retornáveis com capacidade entre 10 (dez) e 20 (vinte) litros, e dá outras providências (vide § 2º do art. 6º) - procedimentos de escrituração na EFD ICMS/IPI.



2.3.2.23 Decreto n.º 32.411, de 31 de outubro de 2017

Altera o Decreto n.º 31.270, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o Regime de Substituição Tributária com carga líquida do ICMS nas operações com material de construção, ferragens e ferramentas (vide inciso I e § 2º do art. 2º) - procedimentos de escrituração na EFD ICMS/IPI.



2.3.2.24 Decreto n.º 32.482, de 29 de dezembro de 2017

Alteração do Decreto n.º 32.411, de 31 de outubro de 2017 (vide art. 2º) - arrolamento do estoque das mercadorias sujeitas à presente sistemática, existentes no estabelecimento no dia 31 de dezembro de 2017, informando-o na EFD.



2.3.2.25 Decreto n.º 32.548, de 15 de março de 2018

Altera o Decreto n.º 24.569, de 31 de julho de 1997 - (vide incisos I e II do art. 1º) - nova redação do art. 672 - procedimentos de registro na EFD ICMS/IPI.



2.3.2.26 Decreto nº 32.882, de 21 de novembro de 2018

Altera o Decreto nº 24.569, de 1997 (vide inciso VI do art. 1º).



2.3.2.27 Decreto nº 32.900, de 17 de dezembro de 2018

Dispõe sobre o regime de substituição tributária com carga líquida do ICMS nas operações com móveis, equipamentos elétricos, aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico, na forma disposta na Lei nº 14.237, de 10 de novembro de 2008, e dá outras providências (vide §4º do inciso II do art. 2º, §§ 2º e 3º do art. 6º e inciso I do art. 8º).



2.3.2.28 Decreto nº 32.904, de 20 de dezembro de 2018

Acrescenta e altera dispositivos do Decreto nº 24.569, de 1997 e do Decreto nº 32.269, de 2017 (vide arts. 2º, 3º, 4º e §§ 2º e 3º do art. 7º).



2.3.2.29 Decreto nº 32.913, de 21 de dezembro de 2018

Regulamenta, para o exercício de 2019, a Lei nº 16.097, de 27 de julho de 2016, que institui o FEEF (vide alíneas “a” dos incisos III e IV e § 5º do art. 4º).



2.3.2.30 Decreto nº 32.984, de 21 de fevereiro de 2019

Altera o Decreto nº 32.900, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Regime de Substituição Tributária com carga líquida do ICMS nas operações com móveis, equipamentos elétricos, aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico (vide inciso IV do art. 1º).



2.3.2.31 Decreto nº 33.082, de 24 de maio de 2019

Altera o Decreto nº 29.248, de 31 de março de 2008, o Decreto nº 32.488, de 08 de janeiro de 2018 e o Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997, e dá outras providências (vide inciso III do art. 4º).



2.3.2.32 Decreto nº 33.133, de 26 de junho de 2019

Altera o Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997 - (vide inciso III do art 1º e art 3º).



2.3.2.33 Decreto nº 33.251, de 28 de agosto de 2019

Consolida a legislação do ICMS relativa a operações e prestações de comércio exterior, remessa de produtos para a Zona Franca de Manaus e áreas de livre comércio e operações

com estabelecimentos sediados na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Ceará, e dá outras providências (vide art. 2º e inciso II do art. 36).



2.3.2.34 Decreto nº 33.327, de 30 de outubro de 2019
Regulamenta a Lei nº 12.670, de 1996 que dispõe sobre o ICMS.



2.3.2.35 Decreto nº 33.334, de 07 de novembro de 2019
Altera o Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997 (vide inciso X do art 1º) - nova redação do incisos IV e acréscimo do inciso VI ao art. 811.



2.3.2.36 Decreto nº 33.467, de 10 de fevereiro de 2020
Regulamenta, para o exercício de 2020, a Lei n.º 16.097, de 27 de julho de 2016, que instituiu o FEEF (vide alíneas “a” dos incisos III e IV e § 5º do art. 4º).



2.3.2.37 Decreto nº 33.470, de 12 de fevereiro de 2020

Dispõe sobre a compensação de créditos tributários do ICMS mediante a utilização de créditos relativos às operações com equipamentos e componentes para aproveitamento das energias solar e eólica (vide art. 2º).



2.3.2.38 Decreto nº 33.572, de 04 de maio de 2020

Altera o Decreto nº 33.327, de 30 de outubro de 2019 (vide inciso I do § 3º do art 2º).



2.3.2.39 Decreto nº 33.602, de 22 de maio de 2020

Altera o Decreto nº 31.268, de 1º de agosto de 2013, que regulamenta a Lei nº 15.228, de 8 de novembro de 2012 (vide inciso I do art. 2º) - arrolamento de estoque das mercadorias na EFD ICMS/IPI.



2.3.2.40 Decreto nº 33.729, de 28 de agosto de 2020

Institui sistemática de tributação com carga líquida do ICMS para os contribuintes que exerçam a atividade econômica de transporte rodoviário intermunicipal de cargas, na forma que indica (vide art. 2º) - obrigatoriedade de estorno de crédito na EFD ICMS/IPI.



2.3.2.41 Decreto nº 33.746, de 23 de setembro de 2020

Dispõe sobre o Regime de Substituição Tributária nas operações com trigo em grão, farinha de trigo e mistura de farinha a outros produtos, e dá outras providências (vide § 4º do art. 4º).



2.3.2.42 Decreto nº 33.752, de 29 de setembro de 2020

Regulamenta a Lei nº 17.277, de 10 de setembro de 2020, que dispõe sobre o Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários (vide § 6º do art. 5º).



2.3.2.43 Decreto nº 33.817, de 16 de novembro de 2020

Estabelece regras para a apuração e o recolhimento do ICMS devido por substituição tributária relativamente ao estoque de mercadorias relacionadas no ato normativo referido no § 12 do art. 547-A do Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997 (vide inciso I do art. 1º).



2.3.2.44 Decreto nº 33.820, de 20 de novembro de 2020

Regulamenta a Lei nº 17.087, de 29 de outubro de 2019, que institui o Programa de Conformidade Tributária denominado "Contribuinte Pai D'égua" no âmbito da administração tributária do estado do Ceará (vide inciso VIII do art. 2º).



2.3.2.45 Decreto nº 33.902, de 20 de janeiro de 2021

Institui o Sistema de Controle de Regimes Especiais de Tributação (SICRET) e dá outras providências (vide inciso I do § 6º e alínea “d” do inciso III do § 8º do art. 3º).



2.3.2.46 Decreto nº 33.933, de 15 de fevereiro de 2021

Regulamenta, para o exercício de 2021, a Lei nº 16.097, de 27 de julho de 2016, que instituiu o FEEF (vide alíneas “a” dos incisos III e IV e § 5º do art. 4º).



2.3.2.47 Decreto nº 33.945, de 23 de fevereiro de 2021

Dispõe sobre a sistemática de tributação relativa a operações realizadas por contribuinte que opere exclusivamente por meio da internet e-commerce (vide inciso II do art. 4º).



2.3.2.48 Decreto nº 34.167, de 21 de julho de 2021

Altera o Decreto nº 32.489, de 08 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações internas, interestaduais e de importação com massas alimentícias, biscoitos, bolachas, bolos, pães e outros derivados da farinha de trigo, e dá outras providências (vide inciso I do art. 2º).



2.3.2.49 Decreto nº 33.986, de 16 de março de 2021

Altera o Decreto nº 33.327, de 30 de outubro de 2019 (vide preâmbulo).



2.3.2.50 Decreto nº 34.256, de 21 de setembro de 2021

Dispõe sobre o regime de substituição tributária com carga líquida do ICMS nas operações com produtos do vestuário e confecções, na forma disposta na Lei nº14.237, de 10 de novembro de 2008, e dá outras providências (vide § 2º do art. 7º, inciso I do art. 9º e inciso I do § 2º do art. 9º).



2.3.2.51 Decreto nº 34.274, de 28 de setembro de 2021

Altera o Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997 e o Decreto nº 33.327, de 30 de outubro de 2019 (vide art. 2º).



2.3.2.52 Decreto nº 34.471, de 15 de dezembro de 2021

Regulamenta a Lei nº 17.771, de 23 de novembro de 2021, que dispõe sobre Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais relacionados com o ICMS (vide § 5º do art. 23).



2.3.2.53 Decreto nº 34.508, de 04 de janeiro de 2022

Regulamenta a Lei nº 10.367, de 7 de dezembro de 1979, que dispõe acerca do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), e dá outras providências (vide art. 26, inciso IV do art. 30 e art. 44).



2.3.2.54 Decreto nº 34.835, de 01 de julho de 2022

Altera o Decreto nº 34.256, de 21 de setembro de 2021, que dispõe sobre o regime de substituição tributária com carga líquida do ICMS nas operações com produtos do vestuário e confecções (vide inciso II do art. 1º).



2.3.2.55 Decreto nº 34.881, de 04 de agosto de 2022

Altera o Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997 (vide inciso II e parágrafo único do art. 2º).



2.3.2.56 Decreto nº 34.605, de 24 de março de 2022

Regulamenta a Lei nº 12.670, de 1996 que dispõe sobre o ICMS.



2.3.2.57 Decreto nº 34.984, de 17 de outubro de 2022

Concede crédito outorgado de ICMS aos produtores e às distribuidoras de combustíveis, nos termos e condições que especifica (Vide art. 6.º)



2.3.2.58 Decreto nº 35.395, de 24 de abril de 2023

Altera os Decretos n.º 29.560, de 27 de novembro de 2008; n.º 30.519, de 26 de abril de 2011; n.º 31.066, de 28 de novembro de 2012; n.º 31.270, de 1.º de agosto de 2013; n.º 32.900, de 17 de dezembro de 2018, para possibilitar o destaque do ICMS, apenas para fins de exclusão do imposto na base de cálculo dos créditos das contribuições de PIS/COFINS, relativamente à legislação federal pertinente e à decisão do STF nos autos do Recurso Extraordinário n.º 574706/PR (vide art. 4.º e 5.º)



2.3.2.59 Decreto nº 35.470, de 24 de maio de 2023

Altera o Decreto n.º 33.327, de 30 de outubro de 2019, que consolida e regulamenta a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (vide inciso I do art. 1.º).



2.3.3 Instruções Normativas

2.3.3.1 Instrução Normativa nº 32, de 2005

Estabelece normas que regem o Regime Especial de Fiscalização e Controle, e dá outras providências (vide inciso VII do art. 3º).



2.3.3.2 Instrução Normativa nº 49, de 29 de dezembro de 2011

Dispõe acerca dos procedimentos relativos ao desenvolvimento das ações fiscais por meio do Sistema de Controle da Ação Fiscal (CAF) (vide § 5º do art. 9º e Anexo III).



2.3.3.3 Instrução Normativa nº 07, de 05 de março de 2012

Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 49, de 29 de dezembro de 2011 - procedimentos relativos ao desenvolvimento de ações fiscais.



2.3.3.4 Instrução Normativa nº 29, de 17 de junho de 2013

Disciplina as obrigações relativas à emissão de documentos fiscais nas operações internas de vendas fora do estabelecimento, por meio de veículo (vide § 1º do art. 5º).



2.3.3.5 Instrução Normativa nº 40, de 02 de outubro de 2013

Institui o Sistema de Credenciamento Eletrônico disponibilizado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz/ CE) (vide alínea “c” do inciso XV do art. 4º).



2.3.3.6 Instrução Normativa nº 20, de 05 de julho de 2014

Altera a Instrução Normativa nº 40/2013, de 2 de outubro de 2013, que institui o Sistema de Credenciamento Eletrônico disponibilizado pela SEFAZ CE (vide inciso II do art. 1º).



2.3.3.7 Instrução Normativa nº 27, de 20 de agosto de 2014

Procedimentos de Fiscalização das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (vide inciso II do art. 7º).



2.3.3.8 Instrução Normativa nº 24/2015

Procedimentos operacionais nas operações de venda de mercadorias fora do estabelecimento, nas modalidades showroom ou exposição itinerante, nos termos do Decreto n.º 31.409, de 2014 (vide §1º do inciso III do art. 2º).



2.3.3.9 Instrução Normativa nº 27, de 22 de abril de 2016

Dispõe sobre a emissão do Cupom Fiscal Eletrônico (CF-e/SAT) por meio de Módulos Fiscais Eletrônicos, da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) e sobre a obrigatoriedade de emissão e dá outras providências (vide arts. 21 e 23).



2.3.3.10 Instrução Normativa nº 49, de 13 de setembro de 2016

Procedimentos e critérios a serem observados para fins de concessão e renovação de regime especial de tributação nos termos da Lei nº 14.237, de 2008 (vide inciso III do § 1º do art. 4º).



2.3.3.11 Instrução Normativa nº 53, de 14 de outubro de 2016

Procedimentos relacionados à operacionalização da arrecadação dos valores relativos ao fundo estadual de equilíbrio fiscal – FEEF, incluindo a Escrituração Fiscal Digital (EFD) (vide arts. 4º, 7º e 7º-A).



2.3.3.12 Instrução Normativa nº 5, de 9 de janeiro de 2017

Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 53, de 14 de outubro de 2016, que estabelece os procedimentos relacionados à operacionalização da arrecadação dos valores relativos ao FEEF, incluindo a Escrituração Fiscal Digital (EFD), e dá outras providências.



2.3.3.13 Instrução Normativa nº 08, de 23 de janeiro de 2017

Altera a Instrução Normativa nº 32, de 31 de outubro de 2005, que estabelece normas disciplinadoras do Regime Especial de Fiscalização e Controle, e dá outras providências.



2.3.3.14 Instrução Normativa nº 09, de 30 de janeiro de 2017

Altera a Instrução Normativa nº 53, de 14 de outubro de 2016, que estabelece os procedimentos relacionados à operacionalização da arrecadação dos valores relativos ao FEEF, incluindo a Escrituração Fiscal Digital (EFD), e dá outras providências.



2.3.3.15 Instrução Normativa nº 38/2017

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados por contribuinte que recolheu o ICMS substituição tributária, referente aos períodos abril e maio/2017, em valor inferior ao obtido com a aplicação dos percentuais estabelecidos pelo Decreto nº 32.236, de 22 de maio de 2017 (vide art. 2º).



2.3.3.16 Instrução Normativa nº 14, de 28 de março de 2018

Procedimentos a serem adotados para o cálculo do percentual de 65% (sessenta e cinco por cento) relativo ao valor adicionado fiscal estabelecido no art. 1º, inciso I, do Decreto nº 29.306, de 5 de junho de 2008 (vide inciso I e § 2º do art. 1º e arts. 2º e 3º).



2.3.3.17 Instrução Normativa nº 63, de 19 de dezembro de 2018

Altera a Instrução Normativa nº 56, de 14 de novembro de 2018, que dispõe sobre os requisitos relativos ao cumprimento de obrigações acessórias relativas à isenção de que trata o inciso VI do caput do art. 6º do Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997 (vide art. 1º).



2.3.3.18 Instrução Normativa nº 16, de 15 de março de 2019

Estabelece procedimentos relativos às alterações de dispositivos do Decreto nº 32.900, de 17 de dezembro de 2018, introduzidas pelo Decreto nº 32.984, de 21 de fevereiro de 2019 (vide arts. 2º e 4º).



2.3.3.19 Instrução Normativa nº 22, de 24 de abril de 2019

Estabelece valores da Base de Cálculo do ICMS para fins de substituição tributária relativa a operações com sorvetes e picolés, de que tratam os arts. 553 a 555 do Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997 (vide art. 8º).



2.3.3.20 Instrução Normativa nº 38, de 3 de julho de 2019

Disciplina os procedimentos de cálculo, recolhimento e exoneração do ICMS nas operações de importação, emissão de documentos fiscais e dá outras providências (vide inciso II do § 1º do art. 1º).



2.3.3.21 Instrução Normativa nº 40, de 3 de julho de 2019

Disciplina os procedimentos a serem adotados em operações e prestações destinadas ao exterior (vide inciso XI do art. 8º).



2.3.3.22 Instrução Normativa nº 70, de 16 de outubro de 2019

Disciplina os procedimentos a serem adotados no monitoramento fiscal de que trata o art. 3º do Decreto nº 29.978, de 30 de novembro de 2009, que dispõe sobre as atribuições dos servidores do Grupo TAF da Secretaria da Fazenda (vide incisos VI e XI do art. 8º e alíneas “a” e “b” do inciso III do art. 9º).



2.3.3.23 Instrução Normativa nº 71, de 17 de outubro de 2019

Estabelece os procedimentos relativos ao aproveitamento de crédito de ICMS normal decorrente de operações destinadas à Zona Franca de Manaus (ZFM), conforme disposto no § 3º-A do art. 4º do Decreto nº 31.109, de 25 de janeiro de 2013 (vide parágrafo único do art. 3º e art. 5º).



2.3.3.24 Instrução Normativa nº 77, de 08 de novembro de 2019

Dispõe sobre o Cadastro Geral da Fazenda-CGF (vide inciso IX do art. 39).



2.3.3.25 Instrução Normativa nº 70, de 16 de outubro de 2020

Relaciona os contribuintes a serem enquadrados nas disposições do Decreto nº 33.729, de 28 de agosto de 2020, que institui sistemática de tributação com carga líquida do ICMS para os contribuintes que exerçam a atividade econômica de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Cargas (vide arts. 4º e 5º-A).



2.3.3.26 Instrução Normativa nº 83, de 30 de novembro de 2020

Altera a Instrução Normativa nº 70, de 2020 que relaciona os contribuintes a serem enquadrados nas disposições do Decreto nº 33.729, de 28 de agosto de 2020, que institui sistemática de tributação com carga líquida do ICMS para os contribuintes que exerçam a atividade econômica de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Cargas (vide art. 1º).



2.3.3.27 Instrução Normativa nº 22, de 22 de fevereiro de 2021

Institui projeto piloto de classificação de contribuintes no âmbito do Programa de Conformidade Tributária denominado “Contribuinte Pai D’égua” (vide art. 4º).



2.3.3.28 Instrução Normativa nº 17, de 09 de fevereiro de 2021

Dispõe sobre o cumprimento de obrigações acessórias pelo Fundo Especial para o Desenvolvimento da Produção e Comercialização do Artesanato Cearense - FUNDART (vide § 2º do art. 1º).



2.3.3.29 Instrução Normativa nº 33, de 09 de março de 2021

Altera a Instrução Normativa nº 77, de 08 de novembro de 2019, que dispõe sobre o Cadastro Geral da Fazenda- CGF (vide inciso III do art. 1º).



2.3.3.30 Instrução Normativa nº 91, de 15 de setembro de 2021

Altera a Instrução Normativa nº 40, de 02 de outubro de 2013, e a Instrução Normativa nº 22, de 22 de fevereiro de 2021 (vide art. 2º).



2.3.3.31 Instrução Normativa nº 28, de 31 de março de 2022

Institui o projeto piloto – segunda fase, relativamente à classificação de contribuintes no âmbito do Programa de Conformidade Tributária denominado “Contribuinte Pai D’égua” (vide art. 4º).



2.3.3.32 Instrução Normativa nº 82, de 06 de setembro de 2022

Estabelece o prazo de início da obrigatoriedade de utilização do Bilhete de Passagem Eletrônico Transporte Metropolitano (BP-e TM) e dá outras providências (vide art. 2º).



2.3.3.33 Instrução Normativa n° 102, de 23 de novembro de 2022

Estabelece procedimentos relativos à autorregularização de que trata o art. 155. do Decreto n.º 34.605, de 24 de março de 2022, e altera o Anexo Único da Instrução Normativa n.º 64, de 19 de dezembro de 2018.



2.3.3.34 Instrução Normativa n° 123, de 23 de dezembro de 2022

Altera a Instrução Normativa n.º 82, de 06 de setembro de 2022, que estabelece prazo para a obrigatoriedade do uso do Bilhete de Passagem Eletrônico transporte metropolitano (BP-e TM) (vide inciso II do art. 1.º).



2.3.3.35 Instrução Normativa n° 124, de 23 de dezembro de 2022

Altera a Instrução Normativa n.º 45, de 22 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a forma de apresentação e obrigatoriedade da transmissão da escrituração fiscal digital (EFD).



2.3.3.36 Instrução Normativa n° 03, de 04 de janeiro de 2023

Dispõe sobre o processo de arrecadação estadual.



2.3.3.37 Instrução Normativa n.º 25, de 17 de março de 2023

Altera a Instrução Normativa n.º 40, de 02 de outubro de 2013, e a Instrução Normativa n.º 28, de 31 de março de 2022 (vide inciso III do art. 2.º).



2.3.4 Notas Explicativas

2.3.4.1 Nota Explicativa n.º 02/2017

Explicita procedimentos acerca da sistemática opcional de tributação das prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, prevista no Convênio ICMS 106/96 e no art. 64, V, do Decreto n.º 24.569, de 31 de julho de 1997, bem como a redução da base de cálculo do ICMS nas prestações de serviço de transporte de passageiros (vide item 3.).



2.3.4.2 Nota Explicativa n.º 01, de 1.º de setembro de 2022

Explicita acerca da aplicação do dispositivo da Legislação Tributária que trata da penalidade pelo descumprimento da obrigação tributária acessória de escrituração de documento fiscal na escrituração fiscal digital e do dispositivo que trata da penalidade por omissão de informações ou por informar dados divergentes de documentos fiscais em arquivos eletrônicos.



2.3.4.3 Nota Explicativa n.º 04, de 21 de dezembro de 2022

Explicita a realização dos procedimentos de escrituração fiscal digital de transferência de créditos fiscais de ICMS, relativos ao edital do Leilão n.º 20220001 – Sefaz, nos termos dos arts. 78 a 82 do Decreto n.º 33.327, de 30 de outubro de 2019, que regulamenta o art. 55-C da Lei n.º 12.670, de 27 de dezembro de 1996.



2.3.5 Portarias

2.3.5.1 Portaria n.º 055, de 02 de fevereiro de 2023

Dispõe sobre o Crédito outorgado do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações com álcool etílico hidratado combustível – AEHC.



2.3.5.2 Portaria n.º 444, de 22 de novembro de 2022

Dispõe sobre o Crédito outorgado do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações com álcool etílico hidratado combustível – AEHC.



2.3.5.3 Portaria n.º 464, de 21 de dezembro de 2022

Dispõe sobre o crédito outorgado do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações com álcool etílico hidratado combustível – AEHC.



2.4 LEGISLAÇÃO ESTADUAL REVOGADA

2.4.1. Leis Revogadas

2.4.1.1 Lei n.º 15.614, de 29 de maio de 2014

Estabelece a estrutura, organização e competência do Contencioso Administrativo Tributário, institui o respectivo processo eletrônico e dá outras providências.



2.4.2. Decretos Revogados

2.4.2.1 Decreto n.º 31.449, de 24 de março de 2014

Regulamenta a Lei n.º 15.494, de 27 de dezembro de 2013- concessão de crédito presumido do ICMS às empresas prestadoras de serviço de comunicação de voz e dados que destinem recursos à aplicação em investimentos em infraestrutura (ver inciso IV do § 2.º do art. 3.º) -

REVOGADO pelo art. 108, inciso XI do Decreto n.º 33.327, de 2019.



2.4.2.2 Decreto nº 31.471, de 30 de abril de 2014

Consolida a Legislação do ICMS relativa a operações e prestações de comércio exterior e de remessa de produtos para a Zona Franca de Manaus e áreas de Livre Comércio, e dá outras providências (ver arts. 7º e 8º) - **REVOGADO** pelo art. 42. do Decreto nº 33.251, de 28 de agosto de 2019.



2.4.2.3 Decreto nº 31.598, de 24 de setembro de 2014

Estabelece normas complementares ao Decreto nº 31.109, de 25 de janeiro de 2013 que dispõe sobre o Regime de Substituição Tributária nas operações com trigo em grão, farinha de trigo e mistura de farinha a outros produtos (ver art. 2º) - **REVOGADO** pelo Decreto n.º 31.659 (DOE 30/12/2014).



2.4.2.4 Decreto nº 31.894, de 29 de fevereiro de 2016

Estabelece procedimentos relativos ao cálculo e recolhimento do adicional do ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) (ver § 1º do art. 3º) - **REVOGADO** pelo art. 108, inciso XII, do Decreto nº 33.327, de 30 de outubro de 2019 (DOE 31/10/2019), produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2020.



2.4.2.5 Decreto nº 32.261, de 19 de junho de 2017

Estabelece disposições complementares e altera o Decreto nº 32.239, de 25 de maio de 2017 (vide art. 1º) - **REVOGADO** pelo art. 1º do Decreto nº 32.890 (DOE de 04/12/2018), com efeitos retroativos a 20 de junho de 2017.



2.4.2.6 Decreto nº 32.438, de 08 de dezembro de 2017

Regulamenta a Lei nº 10.367, de 7 de dezembro de 1979 (vide § 1º do art. 23, inciso IV do art. 27 e alínea "a" do inciso III do art. 33) - **REVOGADO** pelo art. 65 do Decreto nº 34.508, de 2022.



2.4.2.7 Decreto nº 31.922, de 11 de abril de 2016

Institui o CF-e e a NFC-e (vide art. 12) - obrigatoriedade da escrituração dos CF-e na Escrituração Fiscal Digital (EFD ICMS/IPI) - **REVOGADO** pelo inciso III do art. 199 do Decreto nº 35.061, de 2022.



2.4.2.8 Decreto nº 32.996, de 27 de fevereiro de 2019

Institui e disciplina a emissão do BP-e, modelo 63, e do DABPE (vide art. 18) **REVOGADO** pelo inciso IV do art. 199 do Decreto nº 35.061, de 2022.



2.4.3 Instruções Normativas Revogadas

2.4.3.1 Instrução Normativa nº 09, de 2010

Disciplina e padroniza os procedimentos a serem adotados no monitoramento fiscal de que trata o art. 3º do Decreto nº 29.978, de 30 de novembro de 2009, que dispõe sobre as atribuições dos servidores do Grupo TAF da Secretaria da Fazenda - **REVOGADA** pela Instrução Normativa nº 20/2011.



2.4.3.2 Instrução Normativa nº 12, de 05 de fevereiro de 2010

Prorroga, em caráter excepcional, o prazo de entrega dos arquivos da Escrituração Fiscal Digital (EFD), e dá outras providências - **REVOGADA PARCIALMENTE** pelo art. 3º da Instrução Normativa nº 26 de 2010.



2.4.3.3 Instrução Normativa nº 36, de 17 de setembro de 2010

Prorroga, em caráter excepcional, o prazo de entrega dos arquivos da Escrituração Fiscal Digital (EFD), e dá outras providências - **REVOGADA** pelo art. 3º da Instrução Normativa nº 05, de 2011.



2.4.3.4 Instrução Normativa nº 01, de 04 de janeiro de 2012

Estabelece prazo para a obrigatoriedade do uso da Escrituração Fiscal Digital (EFD) por contribuintes do ICMS e dá outras providências - **REVOGADA** pelo art. 12 da Instrução Normativa nº 54, de 2016.



2.4.3.5 Instrução Normativa nº 20, de 2011

Disciplina e padroniza os procedimentos a serem adotados no Monitoramento Fiscal de que trata o art. 3º do Decreto nº 29.978, de 30 de novembro de 2009, que dispõe sobre as atribuições dos servidores do Grupo TAF da Secretaria da Fazenda - **REVOGADA** pela Instrução Normativa nº 34/2014.



2.4.3.6 Instrução Normativa nº 41, de 2011

Dispõe acerca dos procedimentos relativos ao desenvolvimento das ações fiscais por meio do Sistema de Controle da Ação Fiscal (CAF), ou outro que venha a substituí-lo e dá outras providências - **REVOGADA** pela Instrução Normativa nº 49/2011.



2.4.3.7 Instrução Normativa nº 50, de 29 de dezembro de 2011

Estabelece prazo para a obrigatoriedade do uso da Escrituração Fiscal Digital (EFD) por contribuintes do ICMS e dá outras providências - **REVOGADA** pelo art. 8º da Instrução Normativa nº 01, de 4, de 2012.



2.4.3.8 Instrução Normativa nº 09, de 21 de março de 2014

Dispõe sobre o valor da base de cálculo do ICMS para fins de substituição tributária relativa a operações com sorvetes e picolés, de que trata o caput do art. 554 do Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997, e dá outras providências - **REVOGADA** pela Instrução Normativa nº 21/2014.



2.4.3.9 Instrução Normativa nº 11/2014

Estabelece procedimentos operacionais relativos ao credenciamento a ser concedido a contribuintes do ICMS do ramo varejista que realizem operações com mercadorias nas modalidades de showroom ou exposição itinerante, bem como relaciona as atividades econômicas sujeitas aos referidos procedimentos, nos termos do Decreto nº 31.409, de 17 de fevereiro de 2014 (DOE-CE de 18.02.2014) - **REVOGADA** pela Instrução Normativa nº 24/2015.



2.4.3.10 Instrução Normativa nº 21/2014

Dispõe sobre o valor da base de cálculo do ICMS para fins de substituição tributária relativa a operações com sorvetes e picolés, de que trata o caput do art. 554 do Decreto nº 24.569, de 31

de julho de 1997 (Regulamento do ICMS/CE), e dá outras providências - **REVOGADA** pela Instrução Normativa nº 34/2015.



2.4.3.11 Instrução Normativa nº 34/2014

Disciplina e padroniza os procedimentos a serem adotados no Monitoramento Fiscal de que trata o art. 3º do Decreto n.º 29.978, de 30 de novembro de 2009, que dispõe sobre as atribuições dos servidores do Grupo TAF da Secretaria da Fazenda - **REVOGADA** pelo art. 11 da Instrução Normativa nº 70/2019.



2.4.3.12 Instrução Normativa nº 34 de 2015

Dispõe sobre o valor da base de cálculo do ICMS para fins de substituição tributária relativa a operações com sorvetes e picolés, de que trata o caput do art. 554 do Decreto n.º 24.569, de 31 de julho de 1997 (Regulamento do ICMS/CE), e dá outras providências - **REVOGADA** pela Instrução Normativa nº 48/2015.



2.4.3.13 Instrução Normativa nº 48, de 03 de dezembro de 2015

Dispõe sobre o valor da base de cálculo do ICMS para fins de substituição tributária relativa a operações com sorvetes e picolés, de que trata o caput do art. 554 do decreto n.º 24.569, de 31 de julho de 1997 (Regulamento do ICMS/CE), e dá outras providências - **REVOGADA** pela art. 11 da Instrução Normativa nº 22, de 24 de abril de 2019.



2.4.3.14 Instrução Normativa nº 56, de 16 de novembro de 2018

Dispõe sobre os requisitos relativos ao cumprimento de obrigações acessórias relativas à isenção de que trata o inciso VI do *caput* do art. 6º do Decreto nº 24.569, de 31 de julho de 1997 - **REVOGADO** pelo art. 2º da Instrução Normativa nº 17, de 2021.



2.4.3.15 Instrução Normativa nº 79, de 18 de novembro de 2019 - **REVOGADA** pelo art. 8º da Instrução Normativa nº 63, de 14 de junho de 2021.



2.4.3.16 Instrução Normativa nº 89, de 16 de dezembro de 2019

Dispõe sobre a retificação, nas situações que indica, do registro de documentos fiscais no Sistema de Controle de Trânsito de Mercadorias (SITRAM) - **REVOGADA** pelo art. 6º da Instrução Normativa nº 10, de 2020.



2.4.3.17 Instrução Normativa nº 29, de 22 de maio de 2020

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para transmissão da Escrituração Fiscal Digital (EFD) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - **REVOGADA** pela Instrução Normativa nº 42, de 2020.



2.4.3.18 Instrução Normativa nº 10, de 10 de fevereiro de 2020

Dispõe sobre a retificação, nas situações que indica, do registro de documentos fiscais no Sistema de Controle de Trânsito de Mercadorias (SITRAM) - **REVOGADA** pelo art. 6º da Instrução Normativa nº 26, de 2020.



2.4.3.19 Instrução Normativa nº 26, de 2 de maio de 2020

Dispõe sobre a retificação, nas situações que indica, do registro de documentos fiscais no Sistema de Controle de Trânsito de Mercadorias-SITRAM (vide parágrafo único do art. 3.º) - **REVOGADA** pela Instrução Normativa nº 63, de 2022.



2.4.3.20 Instrução Normativa n.º 63, de 14 de junho de 2021 - **REVOGADA** pelo art. 13 da Instrução Normativa nº 64, de 2022.



2.4.4. Atos Declaratórios Revogados

2.4.4.1 Ato Declaratório nº 203 de 13 de setembro de 2019

Cassação de inscrição no CGF por descumprimento de obrigação acessória referente à não transmissão da EFD ICMS/IPI por dois meses consecutivos ou mais a cada exercício - **REVOGADO** pelo Ato Declaratório nº 204, de 08 de outubro de 2019.

